

Legislação relevante no domínio da prevenção e combate à corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado

Timor-Leste

Constituição da República Democrática de Timor Leste

Código Penal:

- Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 19/2009, de 8 de abril, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/2009, de 15 de julho;
- Lei n.º 17/2011, de 28 de dezembro, que aprova o Regime Jurídico da Prevenção e do Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo e que procede à segunda alteração ao Código Penal;
- Lei n.º 4/2013, de 11 de setembro, que procede à primeira alteração à Lei n.º 17/2011, de 28 de dezembro, e à terceira alteração ao Código Penal;
- Lei n.º 3/2017, de 25 de janeiro, que aprova a Lei da Prevenção e Luta contra o Tráfico de Pessoas e que procede à quarta alteração ao Código Penal;
- Lei n.º 5/2017, de 19 de abril, que aprova o Regime Jurídico relativo à prática de artes marciais, rituais, armas brancas, *rama ambon* e que procede à quinta alteração ao Código Penal.

Legislação processual penal:

- Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 13/2005, de 1 de dezembro;
- Decreto-Lei n.º 4/2006, de 1 de março, que aprova o regime especial no âmbito processual penal para casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente violenta;
- Lei n.º 15/2011, de 26 de outubro, relativa à cooperação judiciária internacional penal.

Legislação penal extravagante:

- Lei n.º 2/2017, de 25 de janeiro, que aprova a Lei de Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas;
- Lei n.º 3/2017, de 25 de janeiro, que aprova a Lei da Prevenção e Luta contra o Tráfico de Pessoas e que procede à quarta alteração ao Código Penal;
- Lei n.º 4/2013, de 11 de setembro, que procede à primeira alteração e à republicação da Lei n.º 17/2011, de 28 de dezembro (Regime Jurídico da Prevenção e do Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo).

Câmara de Contas:

- Lei n.º 9/2011, de 17 de agosto, que aprova a Orgânica da Câmara de Contas do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas;
- Lei n.º 3/2013, de 11 de setembro, que procede à primeira alteração à Lei n.º 9/2011;
- Lei n.º 1/2017, de 18 de janeiro, que procede à segunda alteração à Lei n.º 9/2011.

Serviços de apoio aos tribunais:

- Decreto-Lei n.º 11/2016, de 11 de maio, que procede à primeira alteração e à republicação do Decreto-Lei n.º 34/2012, de 18 de julho, que aprova a Orgânica dos Serviços de Apoio aos Tribunais.

Ministério Público:

- Lei n.º 11/2011, de 28 de setembro, que procede à primeira alteração e à republicação da Lei n.º 14/2005, de 16 de setembro, que aprova o Estatuto do Ministério Público;
- Decreto-Lei n.º 24/2017, de 19 de julho, que procede à primeira alteração e à republicação do Decreto-Lei n.º 6/2010, de 14 de abril, que aprova a Orgânica dos Serviços Técnicos e Administrativos da Procuradoria Geral da República.

Comissão Anti-Corrupção:

- Lei n.º 8/2009, de 15 de julho, que aprova a Lei sobre a Comissão Anti-Corrupção;
- Decreto-Lei n.º 23/2015, de 29 de julho, que aprova a Estrutura Orgânica da Comissão Anti-Corrupção.

Polícia Nacional de Timor-Leste:

- Decreto-Lei n.º 9/2009, de 18 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica da Polícia Nacional de Timor-Leste.

Polícia Científica e de Investigação Criminal:

- Decreto-Lei n.º 15/2014, de 14 de maio, que aprova a Orgânica da Polícia Científica e de Investigação Criminal;
- Decreto-Lei n.º 21/2014, de 6 de agosto, que procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 15/2014, de 14 de maio, que aprova a Orgânica da Polícia Científica e de Investigação Criminal.

Unidade de Informação Financeira:

- Decreto-Lei n.º 16/2014, de 18 de junho, que aprova a Unidade de Informação Financeira.

Autoridade Aduaneira:

- Decreto-Lei n.º 9/2017, de 29 de março, que aprova o Estatuto Orgânico da Autoridade Aduaneira.

Comissão Nacional para a Implementação das medidas destinadas ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo:

- Resolução do Governo n.º 10/2014, de 9 de abril, que constitui a Comissão Nacional para a Implementação das medidas destinadas ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo;
- Resolução do Governo n.º 18/2016, de 29 de junho, que procede à primeira alteração da Resolução do Governo n.º 10/2014.

Comissão da Função Pública:

- Lei n.º 7/2009, de 15 de julho, que cria a Comissão da Função Pública.

Aprovisionamento:

- Regime Jurídico do Aprovisionamento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2005, de 21 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2008, de 23 de julho, 1/2010, de 18 de fevereiro, 15/2011, de 30 de março, e 38/2011, de 17 de agosto;
- Decreto-Lei n.º 14/2011, de 29 de março, que estabelece a Comissão Nacional de Aprovisionamento.

Contratos Públicos:

- Decreto-Lei n.º 11/2005, de 21 de novembro, sobre infrações administrativas do Regime Jurídico do Aprovisionamento e do Regime Jurídico dos Contratos Públicos;
- Decreto-Lei n.º 12/2005, de 21 de novembro, sobre o Regime Jurídico dos Contratos Públicos.